



RELATÓRIO E CONTAS EXERCÍCIO 2018



RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão

Senhores Associados,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias em vigor, a Direção da “**Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé**”, vem submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2018.

Introdução

1. Atividades desenvolvidas

Voluntariado de Proximidade
Universidade Sénior de Alfândega da Fé
Unidade Móvel de Saúde (U.M.S.)
Loja Social de Alfândega da Fé
Fisioterapia
GIP - Gabinete de Inserção Profissional
GIAV - Gabinete de Inserção e Apoio à Vítima de Violência Doméstica |Alfândega da Fé
Protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género
Unidade Domiciliária de Cuidados Paliativos
Operação Alfândega em Rede – CLDS 3G

2. Recursos Humanos

Durante o ano de 2018, tivemos uma diminuição de pessoal em relação ao ano anterior, devido ao às várias necessidades que fomos sentidos em dar resposta a todos os projetos que nos envolvemos, no fim de 2018 tínhamos os seguintes colaboradores:

Com contratos a termo certos ou termo incerto:	8 Pessoas
Com contratos de avença:	1 Pessoas
Contratos de Emprego e Inserção Profissional e Estágios:	4 Pessoas

3. Análise da situação económica e financeira

3.1. Rendimentos e ganhos

Os rendimentos obtidos no exercício em análise perfizeram um total de **255.606,17€**, distribuídos pelas rubricas abaixo discriminadas.

Rendimentos e Ganhos (em Euros)	2018	2017	Diferença
Prestações de serviços	132,00	608,00	-476,00
Subsídios, doações e legados à exploração	246.069,11	368.075,59	-122.006,48
Outros rendimentos e ganhos	9.405,06	16.774,68	-7.369,62
Total Rendimentos e Ganhos	255.606,17	385.458,27	-129.852,10

3.2. Gastos e Perdas

O ano de 2018 conheceu um total de gastos de **282.915,37€** distribuídos pelas rúbricas constantes do quadro seguinte:

Gastos e Perdas (em Euros)	2018	2017	Diferença
Custo das merc.vendidas e mat.consumidas	0,00	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	43.783,08	63.795,84	-20.012,76
Gastos com Pessoal	221.851,81	298.338,84	-76.487,03
Gastos de depreciação e amortização	13.655,33	13.792,03	-136,70
Outros gastos e perdas	966,02	1.725,64	-759,62
Gastos e perdas de financiamento	2.659,13	2.122,65	+536,48
Total Gastos e Perdas	282.915,37	379.775,00	-96.859,63

3.3. Resultado

Face a tudo o que se expôs, tendo em conta que os “rendimentos e ganhos” totais foram de 255.606,17€ face a “Gastos e Perdas” no valor de 282.915,37€, temos um **resultado líquido negativo** do período de **27.309,20€**.

Rubricas	2018	2017
Rendimentos e ganhos	255.606,17	385.458,27
Gastos e perdas	282.915,37	379.775,00
Resultado Líquido do Período	-27.309,20	5.683,27

4. Proposta de Aplicação de Resultados

A Direção da Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé propõe que o prejuízo apurado no exercício de 2018, no valor de **27.309,20€** (vinte e sete mil trezentos e nove euros e vinte cêntimos), seja transferido para a conta **Resultados Transitados**.

5. Nota Final

A Direção gostaria de expressar o seu agradecimento a todos aqueles que, de forma direta ou indirecta, colaboraram na prossecução dos objectivos da Instituição, nomeadamente:

- Aos fornecedores, pelo esforço evidenciado na pronta satisfação das necessidades da Instituição;
- Aos nossos parceiros;
- Aos nossos associados.

Aos nossos colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pela sua dedicação e empenho.

Serão incorporadas, neste documento as Demonstrações Financeiras com os respectivos Anexos, elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

Alfândega da Fé, 21 de junho de 2019

A Direção



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO
31 de Dezembro 2018

LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis.....	5	39.102,41	52.165,04
Bens do Património histórico e Cultural			
Propriedades de investimento.....			
Ativos intangíveis.....			
Investimentos Financeiros.....		161,29	161,29
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
		39.263,70	52.326,33
Ativo corrente:			
Inventários.....			
Clientes.....			
Adiantamentos a fornecedores.....			
Estado e outros entes públicos.....			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber.....		242.018,51	356.418,03
Diferimentos.....			
Outros ativos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....		5.996,20	9.171,18
		248.014,71	365.589,21
Total do Ativo		287.278,41	417.915,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos.....			
Excedentes técnicos.....			
Reservas			
Resultados transitados.....		(75.628,46)	(81.311,73)
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações nos fundos patrimoniais.....		56.677,08	59.754,14
		(18.951,38)	(21.557,59)
Resultado líquido do período.....		(27.309,20)	5.683,27
Total do fundo de capital		(46.260,58)	(15.874,32)
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		12.162,90	8.407,84
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		8.324,78	9.232,90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos..		38.198,84	18.000,00
Outras contas a pagar.....		64.983,10	57.592,73
Diferimentos.....		209.869,37	340.556,39
Outros passivos financeiros.....			
		315.538,99	433.789,86
Total do passivo		333.538,99	433.789,86
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		287.278,41	417.915,54

O Contabilista Certificado

Sónia de Jesus Pires Escobar
(Sónia de Jesus Pires Escobar)

A Direção



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31 de Dezembro 2018

LIGA DOS AMIGOS DO CENTRO DE SAÚDE DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		132,00	608,00
Subsídios, Doações e Legados à exploração.....		246.069,11	368.075,59
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....			
Fornecimentos e serviços externos.....		(43.783,08)	(63.795,84)
Gastos com o pessoal.....		(221.851,81)	(298.338,84)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Outras Imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		9.405,06	16.774,68
Outros gastos e perdas.....		(1.183,29)	(1.800,27)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(11.212,01)	21.523,32
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		(13.655,33)	(13.792,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(24.867,34)	7.731,29
Juros e rendimentos similares obtidos.....			
Juros e gastos similares suportados.....		(2.441,86)	(2.048,02)
Resultado antes de impostos		(27.309,20)	5.683,27
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		(27.309,20)	5.683,27

O Contabilista Certificado

Sónia de Jesus Pires Escobar
(Sónia de Jesus Pires Escobar)

A Direção

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “*Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé*” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 154 de 05/07/1999, Série III, com sede em Alfândega da Fé. Tem como atividade “Outras Atividades Associativas, N.E. ” para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Objetivo principal: a promoção social;

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem o período de vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos no período em que ocorrem.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	entre 2 e 8 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Ativos Fixos Intangíveis

Os “*Ativos Fixos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativo Fixo Intangível	Vida útil estimada
Programas de computadores	3 anos

Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Outras Dívidas de terceiros

As dívidas de “*outros terceiros*” encontram-se mensuradas ao custo e são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo custo. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Impostos sobre o Rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo*

- em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “*Ativos Fixos Tangíveis*” do domínio público:

Bens do património histórico, artístico e cultural

A Entidade não usufrui de “*Bens do património, histórico, artístico e cultural*”:

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Adições	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Edifícios e outras construções	25.085,86				25.085,86
Equipamento Transporte	14.100,00				14.100,00
Equipamento administrativo	46.032,31	592,70			46.625,01
Outros Ativos fixos tangíveis	39.284,91				39.284,91
Total	124.503,08	592,70			125.095,78
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	2.949,68	501,71			3.451,39
Equipamento transporte	10.575,00	3.525,00			14.100,00
Equipamento administrativo	40.013,26	4.067,22			44.080,48
Outros Ativos fixos tangíveis	18.800,10	5.561,40			24.361,50
Total	72.338,04	13.655,33			85.993,37

6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2018	Adições	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computadores	2.925,00				2.925,00
Total	2.925,00				2.925,00
Depreciações acumuladas					
Projetos de desenvolvimento					
Programas de computadores	2.925,00				2.925,00
Total	2.925,00				2.925,00

7. Locações

A Instituição não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A Entidade tem uma conta caucionada contratualizada na Caixa de Credito Agrícola Mútuo, sendo que o saldo em dívida a 31 de dezembro de 2018 é de 18.000,00 €. Durante o exercício de 2018 foi contraído um empréstimo no valor de 30.000,00€ na Caixa de Credito Agrícola Mútuo, o qual apresentava um valor em dívida em 31 de dezembro de 2018 de 20.198,84€.

9. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os inventários finais apresentavam os seguintes valores:

Descrição	2018 Inventário final	2017 Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas dos utilizadores		
Quotas e Jóias	132,00	608,00
Promoções para captação de recursos		
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Total	132,00	608,00

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não aplicável.

12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a informação relativa aos Subsídios do Governo é a seguinte:

Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	2018	2017
Reconhecidos como <u>Subsídios à exploração</u>		
Segurança Social- ISS,IP(POISE)	98.942,96	97.763,69
IEFP	52.601,05	118.187,78
PCM-Gab. Sec .Estado Cidadania e Igualdade	13.437,10	4.202,06
Município de Alfândega da Fé	76.000,00	89.950,00
IPJ-Instituto Português da Juventude	0,00	1.960,00
Juntas de freguesia	2.400,00	3.072,81
Total	243.381,11	315.136,34

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14. Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15. Benefícios dos empregados

Os Órgãos Diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de dez funcionários.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
<i>Geral</i>	64.201,17	56.658,38
Remunerações	53.565,77	46.684,02
Encargos sobre Remunerações	9.163,66	7.834,59
Seguro acidentes Trabalho	1.088,67	2.139,77
Segurança no trabalho	383,07	0,00
<i>Projeto GIP</i>	19.518,41	12.293,06
Remunerações	16.156,02	10.237,00
Encargos sobre Remunerações	3.362,39	2.056,06
Seguro acidentes Trabalho	0,00	0,00
Segurança no trabalho	0,00	0,00
<i>Projeto UDCP</i>	0,00	20.747,29
Remunerações	0,00	17.883,90
Encargos sobre Remunerações	0,00	2.863,39
Seguro acidentes Trabalho	0,00	0,00
<i>Projeto POISE-CLDS</i>	54.252,69	54.473,34
Remunerações	44.394,06	44.705,52
Encargos sobre Remunerações	9.175,46	9.237,52
Seguro acidentes trabalho	543,31	530,30
Segurança no trabalho	139,86	0,00
<i>Estágios Emprego /Contratos Emp.Inserção</i>	53.611,19	135.318,59
Remunerações	52.129,10	130.524,04
Encargos sobre Remunerações	670,71	3.311,20
Seguro acidentes Trabalho	811,38	1.483,35
<i>Projeto POISE-CIG</i>	18.234,40	15.691,62
Remunerações	15.293,70	12.998,58
Encargos sobre Remunerações	2.894,08	2.693,04
Segurança no trabalho	46,62	0,00
<i>Projeto Violência Doméstica</i>	12.033,95	3.156,56
Remunerações	9.759,45	2.622,21
Encargos sobre Remunerações	2.032,75	534,35
Seguro acidentes Trabalho	241,75	0,00
Total	221.851,81	298.338,84

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

17. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “ *Investimentos Financeiros*”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos financeiros		
Fundo de compensação do trabalho (FCT)	161,29	161,29
Total	161,29	161,29

17.2 Cliente e Utentes

Para períodos de 2018 e 2017, a rubrica “ *Cientes e Utentes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

17.3 Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Descrição	2018	2017
Outros Devedores		
Instituto da Segurança Social, IP-POISE/CLDS/CIG	185.878,70	268.664,83
I.E.F.P- C.E.I./GIP	34.116,81	50.753,20
PCM-Gab. Sec .Estado Cidadania e Igualdade	22.000,00	37.000,00
Associação Des.Rota Azeite	23,00	0,00
Total	242.018,51	356.418,03

17.4 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Rendimentos a reconhecer		
Subsidio a reconhecer- Estágio Emprego	4.078,02	656,15
Subsidio a reconhecer- C.E.I/C.E	20.010,48	35.776,17
Subsidio a reconhecer- GIP	934,78	6.897,92
Subsidio a reconhecer –POISE/CLDS/CIG	128.485,25	227.428,21
Subsidio a reconhecer –GSECI-Violência doméstica	56.360,84	69.797,94
Total	209.869,37	340.556,39

17.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	581,25	594,90
Depósitos à ordem	5.414,95	8.576,28
Total	5.996,20	9.171,18

17.6 Fundos Patrimoniais

Nos “*Fundos Patrimoniais*” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Resultados transitados	-81.311,73	5.683,27		-75.628,46
Outras variações nos fundos patrimoniais (Subs Investimento –CLDS/GIP/Missão Sorriso)	59.754,14		3.077,06	56.677,08
Total	-21.557,59	5.683,27	3.077,06	-18.951,38

17.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “*Fornecedores*”, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c		
Supermercado Tradição Válida	36,65	36,65
Papelaria Lageado	58,50	3,00
Luis Filipe Pereira	0,00	250,00
Madalena Bento	10,20	10,20
Santa Casa Mis. Alfandega da Fé	487,13	487,13
Alfandagh,Lda	690,73	90,64
Tuacar,SA	51,00	70,01
Auto Martins	206,86	678,77
Rebelplay,Lda	2.471,30	2.291,50
Sónia Escobar	1.568,00	588,00
Midoel	1.263,83	0,00

Publifogo	604,55	0,00
Distrialfa,Lda	0,00	918,01
Daniela Padrão	-500,00	0,00
Gasp,Lda	0,00	68,01
Evolvenet	4.366,50	2.911,00
EDP	571,14	0,00
Vodafone/MEO	276,51	4,92
Total	12.162,90	8.407,84

17.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.814,12	1.879,12
I.V.A	584,20	540,16
Segurança Social	5.926,46	6.813,62
Total	8.324,78	9.232,90

17.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros credores	0,00	26.793,36	0,00	28.068,72
Remunerações a pagar	0,00	38.189,74	0,00	29.524,01
Total	0,00	64.983,10	0,00	57.592,73

17.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2018	2017
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	243.381,11	315.136,34
Instituto Seg. Social. IP – Proj. POISE/CIG	23.468,01	19.070,51
Instituto Seg. Social. IP – Proj. POISE-CLDS	75.474,95	78.693,18
PCM-Gab. Sec .Estado Cidadania e Igualdade	13.437,10	4.202,06
I.E.F.P. – Estágio Emprego	2.695,16	14.246,19
I.E.F.P. - Contrato Emp. Inserção	36.252,64	87.233,61
I.E.F.P.-Medidas Estimulo/Contrato Emprego	2.864,98	5.856,35
I.E.F.P.-GIP	10.788,27	10.851,63
I.P.J-Instituto Português da Juventude	0,00	1.960,00
Juntas de Freguesia	2.400,00	3.072,81
Município Alfândega da Fé	76.000,00	89.950,00
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Donativos	2.688,00	52.939,25
Diversos	2.688,00	2.939,25
Banco BPI-UDCP	0,00	50.000,00
Total	246.069,11	368.075,59



17.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
<i>Geral</i>	<i>15.429,39</i>	<i>13.035,79</i>
Trabalhos Especializados	73,80	353,80
Honorários	6.020,00	2.670,00
Conservação e reparação	980,38	2.619,63
Ferramentas e Utensílios	729,51	105,27
Serviços bancários (Comissões)	1.835,90	1.051,78
Material de Escritório	0,00	0,00
Voluntariado Jovem	0,00	1.860,00
Comunicações	676,51	86,66
Artigos de Limpeza	36,90	0,00
Combustíveis	89,99	0,00
Água	90,14	30,49
Eletricidade	933,42	430,60
Deslocações e Estadas	2.153,01	46,24
Seguros	1.648,72	2.297,97
Outros	161,11	1.483,35
<i>Projeto GIP</i>	<i>494,67</i>	<i>769,35</i>
Material de escritório	55,50	135,00
Conserv e reparação	145,00	0,00
Trabalhos Especializados	0,00	50,01
Comunicações	257,27	500,99
Artigos de Limpeza	36,90	83,35
<i>Projeto UDCP</i>	<i>0,00</i>	<i>21.346,47</i>
Honorários	0,00	17.206,99
Ferramentas e utensílios	0,00	1.381,72
Outros	0,00	7,14
Material de escritório	0,00	107,25
Combustíveis	0,00	1.673,13
Comunicações	0,00	910,45
Artigos de limpeza	0,00	59,79
<i>Projeto POISE-CLDS</i>	<i>21.222,26</i>	<i>24.219,84</i>
Honorários	3.989,55	3.940,00
Trabalhos especializados	4.174,83	2.911,00
Ferramentas e utensílios	1.061,85	263,65
Material de escritório	1.009,47	1.455,52
Água	268,30	200,16
Combustíveis	467,02	460,01
Eletricidade	4.171,12	5.225,85
Gas	51,00	0,00
Rendas e alugueres	2.560,24	2.179,40
Comunicações	2.789,22	2.577,43
Artigos de limpeza	679,66	689,52
Outros	0,00	4.317,30
<i>Projeto CIG</i>	<i>5.233,61</i>	<i>3.378,89</i>
Honorários/Trabalhos espec.	3.083,00	2.214,00
Material de escritório	0,00	213,80
Electricidade	1.390,38	524,53



Comunicações	670,80	396,33
Água	89,43	30,23
<u>Projeto –Violência Doméstica</u>	<u>1.403,15</u>	<u>1.045,50</u>
Honorários/Trabalhos espec.	130,00	1.045,50
Material Escritório	2,50	0,00
Combustíveis	983,86	0,00
Refeições	74,00	0,00
Comunicações	212,79	0,00
Total	43.783,03	63.795,84

17.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	500,00	0,00
Correções exercícios anteriores- Fundação Calouste Gulbenkian-UDCP	0,00	5.356,29
Aluguer sala para formação	5.828,00	8.060,00
<u>Subsídios ao Investimento</u>		
Imputação de Subsídios a Investimentos-CLDS	2.263,43	2.431,65
Imputação de Subsídios a Investimentos-GIP	813,63	926,74
Total	9.405,06	16.774,68

17.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Outros Gastos e Perdas		
Imposto selo viatura	345,25	340,13
Correções exercícios anteriores	0,00	686,40
Insuficiência de estimativa para impostos	494,96	283,66
Multas e Outras Penalidades	65,81	275,45
Quotizações	60,00	140,00
Total	966,02	1.725,64

17.14 Resultados financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	2.441,86	2.048,02
Outros gastos e perdas de financiamento	217,27	74,63
Total	2.659,13	2.122,65
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Outros rendimentos similares		
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	-2.659,13	-2.122,65

17.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 21 de junho de 2019.

Alfândega da Fé, 21 de junho de 2019

O Contabilista Certificado

A Direção

Sónia de Jesus Pires Escobar
(Sónia de Jesus Pires Escobar)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Associados,

O Conselho Fiscal da “**Liga dos Amigos do Centro de Saúde de Alfândega da Fé**”, depois de analisar atentamente o relatório de gestão elaborado pela Direção e as contas da Liga, as quais compreendem o Balanço, Demonstração dos Resultados E Anexo em 31 de Dezembro de 2018, vem submeter à vossa apreciação o seu parecer.

Nesta conformidade, este Conselho considera que os documentos acima referidos permitem no seu conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da Liga em 31 de Dezembro de 2018 e dos seus resultados no período então findo, satisfazendo também as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as contas referentes ao exercício de 2018;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão;
- c) Seja depositada total confiança na Direção da Liga.

Alfândega da Fé, 21 de junho de 2019

O Conselho Fiscal:

